



LOJAS CEM S.A.
CNPJ/MF: 56.642.960/0001-00
Relatório da Diretoria

Senhores Acionistas: Cumprindo as disposições estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas., o Balanço Patrimonial e as Demonstrações Financeiras em milhares de reais, referentes ao período de 2023 a 2022, ficando esta Diretoria à disposição para prestar os esclarecimentos necessários.

Balanço Patrimonial em 31 de Dezembro de 2023 e de 2022 (Valores expressos em milhares de reais - R\$)							
Ativo	Nota	31/12/2023	31/12/2022	Passivo e Patrimônio Líquido	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.244.638	1.412.516	Fornecedores	14	596.646	572.881
Aplicações financeiras	5	1.921.723	988.629	Empréstimos e financiamentos	16	400.462	257.338
Contas a receber	6	2.377.307	2.094.825	Arrendamentos	13	263.001	221.788
Estoques	7	656.728	662.421	Obrigações trabalhistas	17	114.590	95.820
Impostos a recuperar	8	340.603	507.306	Tributos e contribuições a recolher	15	138.371	115.144
Outros créditos	9	46.042	2.467	Juros sobre capital próprio a pagar	19	309.850	240.030
Total ativo circulante		6.587.041	5.668.164	Outras contas a pagar		7.629	4.000
Imposto de renda e contribuição social diferidos	24	131.325	120.530	Total passivo circulante		1.830.549	1.507.002
Depósitos judiciais	18	16.686		Arrendamentos	13	412.090	500.735
Direito de uso	13	647.401	720.222	Provisão para riscos	18	59.000	86.000
Imobilizado	11	106.615	103.969	Total passivo não circulante		471.090	586.735
Intangível	12	9.438	9.999	Total passivo		2.301.639	2.093.737
Total ativo não circulante		911.465	975.945	Capital social	19	3.300.000	2.900.000
				Reserva legal	19	284.620	241.850
				Reserva de lucros	19	1.612.247	1.408.521
				Total patrimônio líquido		5.196.867	4.550.371
Total do Ativo		7.498.506	6.644.109	Total Passivo e do Patrimônio Líquido		7.498.506	6.644.109

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2023 e de 2022 (Valores expressos em milhares de reais - R\$)						
	Nota explicativa	Capital social	Reserva legal	Reserva de lucros	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de Dezembro de 2021		2.900.000	190.410	686.165	-	3.776.575
Lucro líquido do exercício		-	-	-	1.028.796	1.028.796
Distribuição de juros sobre capital próprio	19	-	-	-	(255.000)	(255.000)
Constituição de reserva legal	19	-	51.440	-	(51.440)	-
Constituição de reserva de lucros	19	-	-	722.356	(722.356)	-
Saldos em 31 de Dezembro de 2022		2.900.000	241.850	1.408.521	-	4.550.371
Aumento de capital por subscrição		116.000	-	-	-	116.000
Aumento de capital por bonificação		284.000	-	(284.000)	-	-
Lucro líquido do exercício		-	-	-	855.496	855.496
Distribuição de juros sobre capital próprio	19	-	-	-	(325.000)	(325.000)
Constituição de reserva legal	19	-	42.770	-	(42.770)	-
Constituição de reserva de lucros	19	-	-	487.726	(487.726)	-
Saldos em 31 de Dezembro de 2023		3.300.000	284.620	1.612.247	-	5.196.867

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2023 e de 2022
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto Operacional: As Lojas Cem S.A. ("Lojas Cem" ou "Sociedade") tem por objeto o comércio de eletrodomésticos e móveis, podendo ainda participar de outras sociedades como quotista ou acionista, sendo que a Sociedade existirá por prazo indeterminado. Em 31 de dezembro de 2023, a Sociedade contava com 304 lojas (300 em 31 de dezembro de 2022), localizadas nos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Paraná e ainda com um centro de distribuição localizado na cidade de Salto - SP.

2. Apresentação e Elaboração das Demonstrações Financeiras: 2.1. Declaração de conformidade As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e os pronunciamentos, orientações e interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - "CPC" e aprovado pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC. A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão. 2.2. Bases de elaboração: As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma. 2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação: A moeda funcional da Sociedade é a moeda real - R\$ e as demonstrações financeiras são apresentadas em real - R\$. 2.4. Transações em moedas estrangeiras: Convertidas para a moeda funcional da Sociedade (real - R\$), utilizando-se das taxas de câmbios vigentes nas datas das transações. Os saldos das contas de balanço são convertidos pela taxa de câmbio vigente nas data-base das demonstrações financeiras. Os ganhos e as perdas de variação cambial resultantes da liquidação dessas transações e da conversão de ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconhecidos no resultado do exercício. 2.5. Uso de estimativas significativas e julgamentos críticos: A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração faça julgamentos críticos e estimativas significativas que estabeleçam premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas descritas a seguir envolvem montantes significativos e envolve julgamentos críticos e são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas nas estimativas contábeis são reconhecidos no exercício ou período em que as estimativas são revistas se a revisão afetar apenas este exercício ou período, ou também em exercícios ou períodos subsequentes se a revisão afetar os resultados futuros. A seguir são apresentados os principais julgamentos e estimativas contábeis: a) Amortização e depreciação do direito de uso, imobilizado e intangível: A Sociedade reconhece a amortização do direito de uso considerando o período remanescente de cada contrato; a depreciação e a amortização do ativo imobilizado e ativo intangível considera a vida útil remanescente estimada, a qual está baseada nas suas práticas e experiências prévias e refletem a vida econômica desses ativos. b) Provisão para perdas esperadas com créditos: É constituída em montante considerado suficiente pela Administração da Sociedade para cobrir eventuais perdas na realização dos créditos vencidos e a vencer; essa estimativa considera o histórico das perdas efetivadas e também estimativas da Administração considerando o cenário futuro. c) Ajuste a valor presente: A Sociedade registra determinadas transações, ativos e passivos a médio e longo prazo descontando o valor de juros implícitos nessas transações, principalmente transações de vendas diretas a prazo, transações de financiamentos a clientes com instituições financeiras, contratos de arrendamentos. O cálculo e o registro do ajuste a valor presente dessas transações consideram estimativa de taxas de juros. d) Provisão para riscos: As provisões para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais são constituídas para os processos judiciais e administrativos e autos de infração. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, a jurisprudência disponível, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos e internos e envolvem grau de subjetividade com relação ao nível de risco e valores envolvidos.

3. Principais Políticas Contábeis: O sumário das principais políticas contábeis aplicadas para as demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, as quais foram aplicadas de forma consistente nestes exercícios estão apresentadas a seguir: 3.1. Caixa e equivalentes de caixa: Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. Compreendem os saldos de caixa e depósitos bancários à vista consideradas de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo. 3.2. Aplicações financeiras: As aplicações financeiras são compostas substancialmente por Certificados de Depósitos Bancários ("CDBs") e Fundos de Investimentos, são demonstradas ao valor inicial de aplicação, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data-base das demonstrações financeiras. 3.3. Contas a receber: Registradas e mantidas nas demonstrações financeiras pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos, ajustados ao valor presente e também pela provisão para perdas esperadas com esses créditos, a qual é constituída com base na análise das contas a receber, considerando-se o critério de perda esperada e em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir prováveis perdas na sua realização. 3.4. Ajustes a valor presente: As principais transações com aplicabilidade de ajustes a valor presente estão relacionadas às transações a médio e a longo prazos de vendas diretas aos clientes a prazo e contratos de arrendamentos. O cálculo e o registro do ajuste a valor presente dessas transações consideram estimativa de taxas de juros aplicáveis aos períodos das respectivas transações. O ajuste a valor presente das operações de revenda de mercadorias a prazo tem como contrapartida a rubrica "Contas a receber". Sua realização é registrada na rubrica "Receita líquida". 3.5. Estoques: Estão apresentados pelo custo de aquisição, utilizando o método PEPS (primeiro que entra primeiro que sai) para valorização dos estoques, sendo o custo de compra, líquido dos impostos e tributos recuperáveis. A administração monitora de forma periódica e consistente a realização dos itens do estoque, adotando medidas para a realização de itens com indicativos de baixa movimentação e com indicativos de preços de venda próximo ao

custo de aquisição. Historicamente, o referido monitoramento tem sido suficiente para evitar perdas com realização e não tem sido necessário provisão para perdas nos estoques. 3.6. Imobilizado: Itens do ativo imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, formação ou construção, incluindo juros e demais encargos financeiros capitalizados, quando aplicável, e deduzidos de depreciação acumulada. Os itens são classificados nas categorias adequadas do imobilizado, quando concluídas e disponíveis para o uso pretendido e a depreciação inicia-se quando estão prontos para o uso pretendido na mesma base dos outros ativos imobilizados. A depreciação é reconhecida com base na vida útil remanescente estimada de cada ativo pelo método linear. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados nas datas de encerramento dos exercícios. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado. 3.7. Instrumentos financeiros: Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos no balanço patrimonial quando a Sociedade for parte das disposições contratuais dos instrumentos. Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto quando reconhecidos ao valor justo por meio do resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, no reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado. **Classificação dos ativos e passivos financeiros:** Os ativos financeiros reconhecidos são subsequentemente mensurados na sua totalidade ao custo amortizado ou ao valor justo, dependendo de suas classificações. Os ativos financeiros são mantidos em um modelo de negócios cujo objetivo é manter ativos financeiros a fim de coletar fluxos de caixa contratuais. Os termos contratuais dos ativos financeiros geram, em datas específicas, fluxos de caixa que se referem exclusivamente a recebimentos do principal e dos juros incidentes sobre o valor do principal em aberto. Os passivos financeiros reconhecidos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado pelo método da taxa de juros efetiva ou ao valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros são classificados ao valor justo por meio do resultado quando o passivo financeiro for (i) uma contraprestação contingente de um comprador em uma combinação de negócios, (ii) mantido para negociação, ou (iii) designado ao valor justo por meio do resultado. **Redução ao valor recuperável de ativos financeiros:** A Sociedade, quando aplicável, reconhece provisão para perdas em ativo financeiro, mensurado ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, valores a receber de clientes e ativos de contrato, bem como, contratos de garantia financeira. O valor das perdas de créditos esperadas é atualizado em cada data de relatório para refletir as mudanças no risco de crédito desde o reconhecimento inicial do respectivo instrumento financeiro. As perdas de créditos esperadas sobre esses ativos financeiros são estimadas usando a experiência de perda de crédito histórica da Sociedade, ajustada com base em fatores específicos aos devedores, nas condições econômicas gerais e na avaliação das condições atuais e projetadas na data do relatório, incluindo o valor da moeda no tempo, quando aplicável. **Baixa de ativos e passivos financeiros:** A Sociedade baixa um ativo financeiro apenas quando os ativos de contrato aos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando a Sociedade transfere o ativo financeiro e substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo para outra entidade. Se a Sociedade não transfere ou retém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade e continua a controlar o ativo transferido, a Sociedade reconhece sua parcela retida no ativo e um correspondente passivo em relação aos valores que a Sociedade pode ter que pagar. Se a Sociedade retém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade de um ativo transferido, a Sociedade continua a reconhecer o ativo financeiro e reconhece ainda um empréstimo garantido em relação aos recursos recebidos. A Sociedade baixa um passivo financeiro se, e apenas se, suas obrigações são retiradas, canceladas ou quando as suas obrigações vencem. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e a contraprestação paga e a pagar é reconhecida no resultado, quando aplicável. 3.8. Imposto de renda e contribuição social: **Impostos correntes:** A provisão para imposto de renda é calculada e registrada com base no lucro tributável relativo a cada exercício, ajustado na forma legal, calculado à alíquota de 15%, acrescido de adicional de 10% excedente a R\$240. A contribuição social é calculada com base na alíquota de 9% da base tributável. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. **Impostos diferidos:** São constituídos sobre diferenças temporariamente indedutíveis, sendo registrados imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, com base na perspectiva de geração de resultados tributáveis futuros. Os impostos correntes e diferidos são reconhecidos no resultado. 3.9. Direitos de uso e arrendamentos: A Sociedade reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente pelo custo e, subsequentemente, pelo custo menos qualquer amortização acumulada e perdas ao valor recuperável, e ajustado por determinadas remensurações do passivo de arrendamento, quando aplicável. A amortização é calculada pelo método linear pelo prazo remanescente dos respectivos contratos. Quando os contratos de arrendamento não possuem cláusulas que permitam que a Sociedade exerça a aquisição da propriedade do ativo ao final do prazo de arrendamento, a vida útil desses itens é o período estabelecido no contrato. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos de arrendamento que não foram pagos na data de início, descontados usando a taxa de juros incremental no arrendamento, a qual é definida como a taxa equivalente ao que o arrendatário teria que pagar ao pedir emprestado, por prazo semelhante e com garantia semelhante, os recursos necessários para obter o ativo com valor similar ao ativo de direito de uso em ambiente econômico similar. Os encargos financeiros decorrentes dos contratos de arrendamentos são reconhecidos subsequentemente

Demonstração do Resultado para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2023 e de 2022 (Valores expressos em milhares de reais - R\$)			
	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Receita Líquida	20	4.971.212	4.419.544
Custo das mercadorias vendidas	21	(2.791.844)	(2.411.200)
Lucro Bruto		2.179.368	2.008.344
Despesas Gerais			
Despesas com vendas	21	(1.015.326)	(939.666)
Despesas gerais e administrativas	21	(706.183)	(702.222)
Outras receitas, líquidas	22	502	135.454
		(1.721.007)	(1.506.434)

Lucro antes do Resultado Financeiro e Impostos			
	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Resultado Financeiro		458.361	501.910
Receitas financeiras	23	761.215	726.631
Despesas financeiras	23	(114.999)	(49.556)
Lucro antes do Imposto de Renda e Contribuição Social		1.104.577	1.178.985
Imposto de Renda e Contribuição Social			
Imposto de renda e contribuição social - Correntes	24	(259.876)	(270.719)
Imposto de renda e contribuição social - Diferidos	24	10.795	120.530
		(249.081)	(150.189)
Lucro Líquido do Exercício		855.496	1.028.796

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras

Demonstração do Resultado Abrangente para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2023 e de 2022 (Valores expressos em milhares de reais - R\$)			
	31/12/2023	31/12/2022	
Lucro líquido do exercício	855.496	1.028.796	
Outros resultados abrangentes	-	-	
Total do resultado abrangente	855.496	1.028.796	

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras

Demonstração dos Fluxos de Caixa para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2023 e de 2022 (Valores expressos em milhares de reais - R\$)			
	31/12/2023	31/12/2022	
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais			
Lucro líquido do exercício	855.496	1.028.796	
Ajustes para conciliar o lucro após imposto de renda e da contribuição social ao caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:			
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(10.795)	(120.530)	
Depreciação e amortização	260.056	269.959	
Baixas do ativo imobilizado e intangível	(607)	1.939	
Ajuste a valor presente - arrendamentos	65.772	5.106	
Ajuste a valor presente - contas a receber	290.898	257.225	
Provisão (reversão) para perdas esperadas com créditos	33.397	4.299	
Provisão de bonificações a receber	(42.724)	-	
Provisão para riscos	(27.000)	(6.000)	
Crédito extemporâneo de PIS e COFINS	-	(300.230)	
Outros	(3)	(106)	
(Aumento) diminuição nos ativos operacionais:			
Contas a receber	(323.392)	(60.439)	
Estoques	5.693	31.432	
Impostos a recuperar	166.703	80.494	
Depósitos judiciais	4.539	(1.051)	
Outros créditos	(851)	1.753	
Aumento (diminuição) nos passivos operacionais:			
Fornecedores	23.765	194.288	
Obrigações trabalhistas	18.770	29.111	
Tributos e contribuições a recolher	229.865	276.579	
Outras contas a pagar	3.629	1.391	
Imposto de renda e contribuição social pagos	(206.638)	(257.775)	
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	1.346.573	1.436.242	
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento			
Aplicações financeiras	(933.094)	(560.432)	
Aquisição de ativo imobilizado	(29.858)	(37.329)	
Venda de ativo imobilizado	736	(1.622)	
Aquisição de ativo intangível	(2.901)	(2.168)	
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(965.117)	(601.551)	
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento			
Pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio	(139.180)	(112.076)	
Captação de empréstimos e financiamentos	777.084	561.424	
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	(633.961)	(410.330)	
Pagamento de arrendamentos	(269.893)	(245.083)	
Realização de ajuste a valor presente	(283.384)	(222.016)	
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(549.334)	(428.081)	
Aumento (Diminuição) do Saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa	(167.878)	406.610	
Saldo no início do exercício	1.412.516	1.005.906	
Saldo no fim do exercício	1.244.638	1.412.516	

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras

como despesas financeiras e apropriados a cada período durante o prazo do arrendamento. 3.10. Avaliação do valor recuperável dos ativos tangíveis e intangíveis: A Sociedade analisa anualmente se existem evidências de que o valor contábil de um ativo não será recuperado. Caso tais evidências estejam presentes, estima-se o valor recuperável do ativo, que é o maior valor entre: (i) seu valor justo menos os custos que seriam incorridos para vendê-lo; e (ii) seu valor de uso. O valor de uso é equivalente aos fluxos de caixa descontados (antes dos impostos) derivados do uso contínuo do ativo. Quando o valor residual contábil do ativo excede seu valor recuperável, é reconhecida a redução (provisão) do saldo contábil desse ativo ("impairment"). Para fins de avaliação do valor recuperável, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGCs), que, no caso da Sociedade, representam cada uma de suas lojas. 3.11. Provisões: As provisões são reconhecidas quando a Sociedade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação, as provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas para o cálculo. A provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas é constituída com base em pareceres jurídicos e avaliação da Administração sobre os processos conhecidos na data do balanço. Devido as causas trabalhistas e cíveis serem de temas e valores similares, a provisão é considerada com base no histórico de perdas aplicado sobre as contingências em aberto na data-base das demonstrações financeiras; para as causas de natureza fiscal a análise é realizada de forma analítica avaliando o risco para cada evento. 3.12. Demais ativos circulantes e não circulantes: Demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias e/ou cambiais incorridos até as datas-bases das demonstrações financeiras. 3.13. Receita líquida: A receita líquida é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, deduzida de devoluções, abatimentos, ajuste a valor presente e impostos sobre vendas. A receita de revenda de mercadorias é reconhecida quando os produtos são entregues e os clientes obtêm o controle dos bens, considerando ainda o fato de que as seguintes condições tenham sido satisfeitas: • A Sociedade transferiu ao comprador os riscos e benefícios significativos relacionados à propriedade dos produtos e serviços e todas as obrigações de performance foram atingidas. • A Sociedade não possui envolvimento administrativo contínuo no nível normalmente associado à propriedade ou controle efetivo sobre os produtos vendidos. • O valor da receita pode ser calculado com confiabilidade. • É provável que os benefícios **continua***

→ continuação

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2023 e de 2022 da Lojas Cem S.A.

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

econômicos associados à transação sejam transferidos. • Os custos incorridos ou a incorrer relacionados à transação podem ser calculados com confiabilidade. 3.14. Apuração do Resultado: O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência. Normas e interpretações novas e revisadas aplicáveis ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e exercícios subsequentes. a) Adoção de novos pronunciamentos, alterações e interpretações emitidos pelo CPC:

Norma	Requerimento	Impacto nas demonstrações financeiras
CPC 50 - Contratos de Seguro	Estabelece os princípios para reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de contratos de seguro e substituiu o CPC 11 - Contratos de Seguro.	A Sociedade não identificou impacto relevante em suas demonstrações financeiras.
CPC 23 - Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro	As alterações ao CPC 23 - políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro esclarecem a distinção entre mudanças em estimativas contábeis, mudanças em políticas contábeis e correção de erros. Elas também esclarecem como as entidades utilizam técnicas de mensuração para desenvolver estimativas contábeis.	A Sociedade não identificou impacto relevante em suas demonstrações financeiras.
CPC 32 - Tributos Diferidos relacionados a Ativos e Passivos originados de uma Única Transação	As alterações introduzem uma exceção adicional da isenção de reconhecimento inicial. De acordo com as alterações, a entidade não aplica a isenção de reconhecimento inicial para transações que resultam em diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis similares. Dependendo da legislação tributária aplicável, diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis similares podem surgir no reconhecimento inicial de um ativo e passivo em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afeta nem o lucro contábil nem o lucro tributável.	A Sociedade não identificou impacto relevante em suas demonstrações financeiras.
CPC 26 (R1) - Apresentação das demonstrações contábeis	Alterações ao CPC 26 (R1) - Apresentação das demonstrações contábeis fornecem orientação e exemplos para ajudar as entidades a aplicarem julgamentos de materialidade às divulgações de políticas contábeis. As alterações visam ajudar as entidades a fornecerem divulgações de políticas contábeis mais úteis, substituindo o requisito para as entidades divulgarem suas políticas contábeis "significativas" por um requisito para divulgar suas políticas contábeis "materiais" e adicionando orientação sobre como as entidades aplicam o conceito de materialidade ao tomar decisões sobre divulgações de políticas contábeis.	A Sociedade não identificou impacto relevante em suas demonstrações financeiras.

A alteração do pronunciamento contábil CPC 50 não é aplicável à Sociedade. b) Adoção de novos pronunciamentos, alterações e interpretações emitidos pelo CPC e normas publicadas e ainda não vigentes. A Administração também considerou o impacto das novas normas, interpretações e emendas emitidas, mas ainda não vigentes. Exceto quando informado, elas não são consideradas relevantes para a Sociedade e entrarão em vigor em ou após 31 de dezembro de 2023.

Norma	Requerimento	Impacto nas demonstrações financeiras
CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Financeiras - Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes	As alterações esclarecem que a classificação de passivos como circulantes ou não circulantes se baseia nos direitos existentes na data do balanço, especificam que a classificação não é afetada pelas expectativas sobre se uma entidade irá exercer seu direito de postergar a liquidação do passivo, explicam que os direitos existem se as cláusulas restritivas são cumpridas na data do balanço, e introduzem a definição de "liquidação" para esclarecer que a liquidação se refere à transferência para uma contraparte de caixa, instrumentos patrimoniais, outros ativos ou serviços.	A Sociedade não espera impacto relevante em suas demonstrações financeiras.
CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Financeiras - Passivo Não Circulante com cláusulas financeiras restritivas ("covenants")	As alterações indicam que apenas covenants que uma entidade deve cumprir em ou antes que o final do período de relatório, afetam o direito da entidade de postergar a liquidação de um passivo por no mínimo 12 meses após a data do relatório (e, portanto, isso deve ser considerado na avaliação da classificação do passivo como circulante ou não circulante). Esses covenants afetam se o direito existe no final do período de relatório, mesmo se o cumprimento do "covenant" é avaliado apenas após a data do relatório (por exemplo, um "covenant" com base na condição financeira da entidade na data do relatório que seja avaliado para fins de cumprimento apenas após a data do relatório).	A Sociedade não espera impacto relevante em suas demonstrações financeiras.

• As alterações dos pronunciamentos contábeis IFRS 16 Passivo de arrendamento em uma transação de "Sale and Leaseback", CPC 36 (R3) - Venda ou Contribuição na forma de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Controlada em Conjunto e IAS 7 e à IFRS 7 - Acordos de Financiamentos de Fornecedores não são aplicáveis à Sociedade.

	31/12/2023	31/12/2022
4. Caixa e Equivalentes de Caixa:		
Caixa e bancos	36.352	29.341
Aplicações financeiras	1.208.286	1.383.175
Total	1.244.638	1.412.516

As aplicações financeiras são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. As aplicações financeiras são compostas por fundos de investimentos com rentabilidade média no ano de 12,50% (2022 - 13,40%), demonstradas ao valor de aplicação acrescidos dos rendimentos auferidos até a data-base das demonstrações financeiras.

	31/12/2023	31/12/2022
5. Aplicações Financeiras:		
Certificados de Depósitos Bancários - CDB	305.225	121.210
Fundos de Investimentos	1.616.498	867.419
Total	1.921.723	988.629

As aplicações financeiras são compostas por CDBs com taxa média no ano de 11,13% e fundos de investimentos com rentabilidade média no ano de 12,50% (2022 - 13,40%), demonstradas ao valor de aplicação acrescidos dos rendimentos auferidos até a data-base das demonstrações financeiras.

	31/12/2023	31/12/2022
6. Contas a Receber de Clientes:		
Clientes	2.716.763	2.406.563
Crédito Direto ao Consumidor com Interveniência	38.275	25.083
Ajuste a valor presente	(87.883)	(80.370)
Provisão para perda de créditos esperadas	(289.848)	(256.451)
Total	2.377.307	2.094.825

Os valores a receber de Crédito Direto ao Consumidor com Interveniência são representados pelas vendas financiadas por instituições bancárias por meio da modalidade CDCI - Crédito Direto ao Consumidor com Interveniência e que são incorporados na rubrica de clientes no momento em que a negociação com o banco é concluída, o tempo entre a venda e conclusão de efetivação da transação com as instituições financeiras leva em média 15 dias. As vendas com crediário próprio podem ser realizadas em até 14 parcelas e as vendas com cartões de créditos podem ser realizadas em até 12 parcelas. Os vencimentos das contas a receber (clientes) em 31 de dezembro estão representadas da seguinte forma:

	31/12/2023	31/12/2022
Títulos a vencer:		
De 0 a 30 dias	461.197	401.740
De 31 a 90 dias	786.552	715.172
De 91 a 180 dias	781.740	659.585
Acima de 181 dias	493.678	399.813
Total	2.523.167	2.176.310
Títulos vencidos:		
De 0 a 30 dias	93.766	96.257
De 31 a 90 dias	59.781	74.575
De 91 a 180 dias	33.799	50.219
Acima de 181 dias	6.250	9.201
Total	193.596	230.252

Para reduzir o risco de crédito, a Sociedade adota como prática a análise detalhada considerando dados históricos e de dados de mercado para estimar os riscos de crédito de seus clientes. A provisão para perdas de créditos esperadas é estimada com base na análise individual de riscos dos créditos, a qual contempla histórico de perdas e a situação individual dos clientes. A movimentação da provisão para perdas de créditos esperadas em 31 de dezembro está apresentada a seguir:

	31/12/2023	31/12/2022
Saldo no início do exercício	256.451	252.152
Provisão para perdas de créditos esperadas	336.291	307.717
Reversão de provisão para perdas de créditos esperadas	(302.894)	(303.418)
Saldo no final do exercício	289.848	256.451

A movimentação do ajuste a valor presente em 31 de dezembro está apresentada a seguir:

	31/12/2023	31/12/2022
Saldo no início do exercício	80.370	45.160
Provisão para ajuste a valor presente	290.897	257.225
Reversão de provisão para ajuste a valor presente	(283.384)	(222.015)
Saldo no final do exercício	87.883	80.370

	31/12/2023	31/12/2022
7. Estoques:		
Mercadorias para revenda - CD	495.561	478.763
Mercadorias para revenda - Lojas	161.167	183.658
Total	656.728	662.421

	31/12/2023	31/12/2022
8. Impostos a Recuperar:		
ICMS	12.482	9.675
ICMS ST	157.259	174.079
COFINS	104.019	265.646
IRPJ	49.139	42.570
CSLL	17.700	15.334
ISS	4	2
Total	340.603	507.306

Em 2021, houve a pacificação e o trânsito em julgado sobre o tema relacionado a exclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS. A Sociedade quantificou os referidos créditos, os quais na data-base de 31 de dezembro de 2022 montava R\$133.808 de principal, registrado no resultado na rubrica outras receitas, líquidas, e R\$166.422 de atualização monetária, registrado na rubrica receitas financeiras. O reconhecimento desse crédito extemporâneo de PIS e COFINS foi registrado integralmente no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e compensado integralmente no exercício de 2023.

	31/12/2023	31/12/2022
9. Outros Créditos:		
Provisão de bonificações a receber	42.724	-
Outros créditos	3.318	2.467
Total	46.042	2.467

Em 2023, a Sociedade reconheceu a parcela dos valores das bonificações a receber de fornecedores de revenda de mercadorias que serão realizadas em 2024. **10. Partes Relacionadas:** Os saldos com partes relacionadas estão demonstrados a seguir:

	31/12/2023	31/12/2022
Fornecedores (i)	22.828	21.498
Arrendamentos - passivo circulante (ii)	260.445	219.283
Arrendamento - passivo não circulante (ii)	524.997	631.004
Arrendamentos - ajuste a valor presente (ii)	(121.379)	(136.192)
Juros sobre o capital próprio (iii)	309.850	240.030
Total	996.741	975.623

As transações com partes relacionadas estão demonstradas a seguir:

	31/12/2023	31/12/2022
Arrendamentos pagos	265.467	239.367
Juros sobre o capital próprio creditados	276.250	216.750
Remuneração da administração	672	672
Total	542.389	456.789

(i) Referem-se à parcela do mês seguinte, janeiro de 2024, que é reclassificada para as contas a pagar - Fornecedores, apresentado na nota 14. (ii) Referem-se às transações e saldo de arrendamentos, conforme requerido pelo CPC 06: Arrendamentos: Os imóveis onde as lojas estão alocadas são substancialmente de propriedade da parte relacionada Cem Administração e Participações S/A. Esses contratos são estabelecidos considerando os termos e condições entre as partes relacionadas. (iii) Referem-se às destinações e saldo de juros sobre o capital próprio a serem pagos aos acionistas. Os saldos e transações apresentados como fornecedores e os arrendamentos são integralmente realizados com a Cem Administração e Participações S.A. e as transações de juros sobre capital próprio com os acionistas.

	31/12/2023			31/12/2022		
	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido
Móveis, equipamentos e instalações	139.191	(99.433)	39.758	127.592	(90.959)	36.633
Veículos	19.177	(11.206)	7.971	18.588	(9.317)	9.271
Beneficentários em imóveis	94.782	(35.906)	58.876	85.823	(27.768)	58.055
Outros	10	-	10	10	-	10
Total	253.160	(146.545)	106.615	232.013	(128.044)	103.969

A movimentação do imobilizado nos exercícios de 2023 e de 2022 está demonstrada a seguir:

	31/12/2022		31/12/2023		31/12/2022		31/12/2023	
	Custo	Depreciação	Custo	Depreciação	Custo	Depreciação	Custo	Depreciação
Móveis, equipamentos e instalações	36.633	11.697	(100)	(8.572)	100	39.758	507	7.971
Veículos	9.271	1.225	(636)	(2.396)	507	7.971	58.055	7.976
Beneficentários em imóveis	58.055	16.935	(7.976)	(16.114)	7.976	58.876	10	-
Outros	10	-	-	-	-	10	29.857	(8.712)
Total	103.969	29.857	(8.712)	(27.082)	8.583	106.615	38.763	6.502

	31/12/2021		31/12/2022		31/12/2022		31/12/2023	
	Custo	Depreciação	Custo	Depreciação	Custo	Depreciação	Custo	Depreciação
Móveis, equipamentos e instalações	38.763	6.502	(673)	(8.632)	673	36.633	9.246	2.481
Veículos	9.246	2.481	(1.190)	(2.140)	873	9.271	43.459	28.346
Beneficentários em imóveis	43.459	28.346	(8.528)	(13.749)	8.528	58.055	10	-
Outros	10	-	-	-	-	10	91.478	37.329
Total	91.478	37.329	(10.391)	(24.521)	10.074	103.969	37.329	(10.391)

Anualmente, a Sociedade analisa as taxas de depreciação dos itens do ativo imobilizado e não houve necessidade de alteração das referidas taxas em relação a 2022. As taxas de depreciação praticadas pela Sociedade, por categoria de ativos, estão demonstradas a seguir:

	Taxas médias anuais	
Móveis, equipamentos e instalações	10%	a 20%
Veículos	10%	a 25%
Beneficentários em imóveis	20%	

	2023		2022	
	Amortização	Valor	Amortização	Valor
	Custo	acumulada líquido	Custo	acumulada líquido
Ativo intangível - licença de uso	20.204	(10.766)	9.438	17.303
Total	20.204	(10.766)	9.438	17.303

A movimentação do intangível nos exercícios de 2023 e de 2022 está demonstrada a seguir:

	31/12/2022		31/12/2023		31/12/2022		31/12/2023	
	Adições	Amortização	Adições	Amortização	Adições	Amortização	Adições	Amortização
Ativo intangível - licença de uso	9.999	2.901	(3.462)	-	9.999	2.901	(3.462)	-
Total	9.999	2.901	(3.462)	-	9.999	2.901	(3.462)	-
Ativo intangível - licença de uso	10.893	2.168	(3.062)	-	10.893	2.168	(3.062)	-
Total	10.893	2.168	(3.062)	-	10.893	2.168	(3.062)	-

Ativo intangível - licença de uso 20%

	2023		2022	
	Amortização	Valor	Amortização	Valor
	Custo	acumulada líquido	Custo	acumulada líquido
Direito de uso de bens	883.788	(236.387)	647.401	1.408.352
Total	883.788	(236.387)	647.401	1.408.352

O saldo de direito de uso dos bens refere-se integralmente aos alugueis das lojas e do centro de distribuição. A movimentação do direito de uso de bens em 2023 e em 2022 está demonstrada a seguir:

	2023		2022	
	Ativo de direito de uso	Saldo no início do exercício	Ativo de direito de uso	Saldo no início do exercício
Saldo no início do exercício	720.222	492.833	720.222	492.833
Arrendamentos - novos contratos e renovações	124.091	441.750	124.091	441.750
Remensuração	32.598	28.133	32.598	28.133
Depreciação	(229.510)	(242.494)	(229.510)	(242.494)
Saldo no fim do exercício	647.401	720.222	647.401	720.222

A movimentação do passivo de arrendamentos em 2023 e em 2022 está demonstrada a seguir:

	2023		2022	
	Passivo de arrendamentos	Saldo no início do exercício	Passivo de arrendamentos	Saldo no início do exercício
Saldo no início do exercício	722.523	492.833	722.523	492.833
Arrendamentos - novos contratos e renovações	124.091	441.750	124.091	441.750
Juros apropriados	65.772	5.108	65.772	5.108
Remensuração	32.598	28.133	32.598	28.133
Arrendamentos pagos	(269.893)	(245.301)	(269.893)	(245.301)
Saldo no fim do exercício	675.091	722.523	675.091	722.523

A amortização dos direitos de uso é efetuada pelo método linear considerando o período de vigência dos contratos.

	31/12/2023		31/12/2022	
14. Fornecedores:				
Fornecedores de mercadorias para revenda	553.276	534.722	553.276	534.722
Fornecedores de bens e serviços	20.542	16.661	20.542	16.661
Fornecedores de bens e serviços - partes relacionadas	22.828	21.498	22.828	21.498
Total	596.646	572.881	596.646	572.881

	31/12/2023		31/12/2022	
15. Tributos e Contribuições a Recolher:				
ICMS	32.812	33.232	32.812	33.232
PIS	7.038	4.374	7.038	4.374
COFINS	32.874	20.520	32.874	20.520
IRPJ				

★ continuação **Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras para os Exercícios Fintos em 31 de Dezembro de 2023 e de 2022 da Lojas Cem S.A.**
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	31/12/2023	31/12/2022
17. Salários e Benefícios:		
Salários e comissões a pagar	35.525	31.435
Provisão de férias e encargos	62.724	47.962
Pensão alimentícia a pagar	266	221
Participação nos resultados	16.075	16.202
Total	114.590	95.820

18. Provisões para Riscos: A Sociedade é parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, cível e trabalhista, distribuídos em diversas instâncias. A Administração, com base na avaliação dos assessores jurídicos, constituiu provisão para as causas cujo desfecho desfavorável é considerado provável.

	31/12/2022	Adições	Reversões	31/12/2023
Provisão para riscos	86.000	2.000	(29.000)	59.000
Total	86.000	2.000	(29.000)	59.000
	31/12/2021	Adições	Reversões	31/12/2022
Provisão para riscos	92.000	14.000	(20.000)	86.000
Total	92.000	14.000	(20.000)	86.000

A provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas é constituída com base em pareceres jurídicos e avaliação da Administração sobre os processos conhecidos na data do balanço. Devido as causas trabalhistas e cíveis serem de temas e valores similares, a provisão é considerada com base no histórico de perdas aplicado sobre as contingências em aberto, considerando todas as probabilidades de risco, incluindo prováveis, possíveis e remotas, na data-base das demonstrações financeiras. O montante de provisão para causas trabalhistas monta R\$22.000 e para causas cíveis monta R\$1.000. Para as causas de natureza fiscal a análise é realizada de forma analítica avaliando o risco para cada evento e a totalidade dos processos referentes a causas fiscais está provisionada devido serem consideradas pela administração, em conjunto com seus assessores jurídicos, como risco provável; não existem causas classificadas como risco possível. O montante de provisão para causas fiscais monta R\$36.000. Em 31 de dezembro de 2023, a Sociedade mantém depósitos judiciais no montante de R\$16.686 (2022 - R\$21.225) para determinadas causas judiciais; esses depósitos judiciais estão sendo apresentados no ativo não circulante.

19. Patrimônio Líquido: Capital social: Em 27 de abril de 2022 por meio de assembleia dos acionistas foi decidido não aumentar o capital da Sociedade. Em 31 de dezembro de 2022, o capital social subscrito e integralizado no montante de R\$2.900.000 está composto por 1.160.000.000 de ações, no valor nominal de R\$2,50 (dois reais e cinquenta centavos) cada uma. Em 23 de maio de 2023 por meio de assembleia dos acionistas foi aprovado o aumento de capital por bonificação de 113.600.000 de ações no valor de R\$284.000 e aumento de capital por subscrição de 46.400.000 de ações no valor de R\$116.000, totalizando R\$400.000 de aumento de capital no exercício findo em 31 de dezembro de 2023. Em 31 de dezembro de 2023, o capital social subscrito e integralizado está composto por 1.320.000.000 de ações, no valor nominal de R\$2,50 (dois reais e cinquenta centavos) cada uma, totalizando R\$3.300.000. **Distribuição de lucros:** A distribuição de lucros pode ser deliberada a qualquer momento, por decisão dos acionistas. Em 2023 e 2022, a sociedade não realizou a distribuição de lucros acumulados. **Juros sobre o capital próprio:** Em 2021, foi aprovada distribuição de juros sobre capital próprio no montante de R\$200.000, R\$170.000, líquido de imposto de renda retido na fonte, sendo pago R\$100.000 em 2021, R\$46.720 em 2022, R\$23.280 em 2023. Em 2022, foi aprovada distribuição de juros sobre capital próprio no montante de R\$255.000, R\$216.750, líquido de imposto de renda retido na fonte, sendo pago R\$67.150 em 2023, R\$116.000 utilizado como aumento de capital em 2023, restando um saldo a pagar de R\$33.600 em 2024. Em 2023, foi aprovada distribuição de juros sobre capital próprio no montante de R\$325.000, R\$276.250, líquido de imposto de renda retido na fonte, a serem pagos em anos subsequentes. **Reserva legal:** A reserva legal tem por fim, assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital. A sua constituição se dá em 5 % sobre o lucro líquido do exercício. **Reserva de lucros:** Conforme o artigo 29, item "c" do estatuto social da Sociedade, o saldo remanescente do lucro líquido após a constituição da reserva legal e possível distribuição de dividendos obrigatórios e/ou JSCP, ficará à disposição da assembleia geral que decidirá sua destinação, podendo mantê-lo em contas de reservas.

	2023	2022
20. Receita Operacional Líquida:		
Venda de mercadorias bruta	7.019.957	6.231.989
Ajuste a valor presente	(290.898)	(257.225)
Devoluções e cancelamentos	(47.013)	(45.177)
Tributos sobre as receitas	(1.710.834)	(1.510.043)
Total	4.971.212	4.419.544

	2023	2022
21. Custos e Despesas por Natureza:		
Custos das mercadorias vendidas	3.134.428	2.660.002
Bonificações sobre compras	(287.443)	(183.652)
Devoluções a fornecedores e outros	(55.141)	(65.150)
Depreciação e amortização	260.056	269.960
Despesas com prestadores de serviços	168.350	139.524
Despesas com pessoal	785.159	712.430
Despesas com publicidade	84.205	102.507
Despesas com riscos e contingências	(27.000)	(6.000)
Perdas com crédito, líquido das recuperações	270.028	258.187
Despesas com serviços, manutenção, tarifas e outras	180.711	165.280
Total	4.513.353	4.053.088

	2023	2022
22. Outras Receitas, Líquidas:		
Créditos extemporâneos de PIS e COFINS	-	133.808
Outras receitas, líquidas	502	1.646
Total	502	135.454

Em 2021, houve a pacificação e o trânsito em julgado sobre o tema relacionado a exclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS. A Sociedade quantificou os referidos créditos, os quais na data-base de 31 de dezembro de 2022 montava R\$300.230, R\$133.808 de principal, registrado no resultado na rubrica outras receitas, líquidas, e R\$166.422 de atualização monetária, registrado na rubrica receitas financeiras. O reconhecimento desse crédito extemporâneo de PIS e COFINS foi registrado integralmente no exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

	2023	2022
23. Resultado Financeiro:		
Abatimentos e descontos a prestamistas	(32.691)	(29.355)
Varição cambial passiva	(16.063)	(14.640)
Ajuste a valor presente sobre arrendamentos	(65.772)	(5.108)
Despesas com juros	(473)	(453)
Total das despesas financeiras	(114.999)	(49.556)
Realização do ajuste a valor presente	283.384	222.016
Receita de aplicações financeiras	347.764	222.833
Receita de juros, multas de mora de clientes	44.556	45.857
Receita sobre financiamentos a clientes	68.953	69.242
Receita de atualização monetária sobre créditos extemporâneos (i)	11.517	166.422
Varição cambial ativa	-	-
Outras	5.041	261
Total das receitas financeiras	761.215	726.631
Resultado financeiro	646.216	677.075

(i) Conforme mencionado na nota 8 e 22, o montante de R\$166.422 refere-se a atualização monetária sobre os créditos extemporâneos de PIS/COFINS, os quais foram integralmente registrados no exercício findo em 2022. **24. Imposto de Renda e Contribuição Social:** a) Imposto de renda e contribuição social diferidos: A composição do imposto de renda e contribuição social diferidos está demonstrada a seguir:

	31/12/2023	31/12/2022
Diferenças temporárias	59.000	86.000
Provisão para riscos	(42.724)	-
Provisão de bonificações a receber	289.848	256.451
Provisão para perdas esperadas com créditos	87.883	80.370
Ajuste a valor presente - contas a receber	25.388	2.301
Ajuste a valor presente - arrendamentos	(16.063)	(56.656)
Varição cambial não realizada	(15.272)	(12.463)
Receita aplicação financeira - exterior	(1.812)	(1.503)
Leasing	386.248	354.500
	34%	34%
Alíquota de imposto de renda e contribuição social	131.325	120.530

b) Conciliação entre o imposto de renda e a contribuição social - efetiva e nominal: A conciliação entre as despesas de imposto de renda e contribuição social efetiva e nominal está apresentada a seguir:

	2023	2022
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	1.104.577	1.178.985
Taxa de impostos combinada	34%	34%
Resultado da aplicação direta da alíquota combinada	(375.556)	(400.855)
Efeito tributário sobre as movimentações:		
Reconhecimento inicial de imposto de renda e contribuição social diferidos	-	120.530
Juros sobre capital próprio creditados	110.500	86.700
Crédito tributário	-	56.583
Outras diferenças permanentes, líquidas	5.180	(13.147)
Imposto de renda e contribuição social	(259.876)	(150.189)
Imposto de renda e contribuição social:		
Corrente	(259.876)	(270.719)
Diferido	10.795	120.530
	(249.081)	(150.189)

25. Instrumentos Financeiros e Gestão de Riscos: As tabelas a seguir apresentam os valores contábeis e os valores justos dos ativos e dos passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo, o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo:

	31/12/2023		31/12/2022		
Ativos	Nota	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Valor justo por meio do resultado					
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.244.638	1.244.638	1.412.516	1.412.516
Aplicações financeiras	5	1.921.723	1.921.723	988.629	988.629
Pelo custo amortizado					
Contas a receber de clientes	6	2.377.307	2.377.307	2.094.825	2.094.825
Outros ativos		46.042	46.042	2.467	2.467
		5.589.710	5.589.710	4.498.437	4.498.437

	31/12/2023		31/12/2022		
Passivos	Nota	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Pelo custo amortizado					
Fornecedores	14	596.646	596.646	572.881	572.881
Empréstimos e financiamentos	16	400.462	400.462	257.338	257.338
Arrendamentos	13	675.091	675.091	722.523	722.523
Juros sobre capital próprio	19	309.850	309.850	240.030	240.030
Outros passivos		7.629	7.629	4.000	4.000
		1.989.678	1.989.678	1.796.772	1.796.772

As tabelas abaixo apresentam as técnicas de valorização utilizadas na mensuração dos valores justos de Nível 1, 2 e 3, assim como os inputs significativos não observáveis utilizados.

	31/12/2023		31/12/2022	
Hierarquia do valor justo	Nota	Valor justo em 2023	Nível 1	Nível 2
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.244.638	36.352	1.208.286
Aplicações financeiras	5	1.921.723	-	1.921.723
		3.166.361	36.352	3.130.009

	31/12/2023		31/12/2022	
Passivos	Nota	Valor justo em 2023	Nível 1	Nível 2
Arrendamentos				
Arrendamentos	13	675.091	-	675.091
Empréstimos e financiamentos	16	400.462	-	400.462
		1.075.553	-	1.075.553

	31/12/2023		31/12/2022	
Ativo	Nota	Valor justo em 2023	Nível 1	Nível 2
Caixa e equivalentes de caixa				
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.412.516	29.341	1.383.175
Aplicações financeiras	5	988.629	-	988.629
		2.401.145	29.341	2.371.804

	31/12/2023		31/12/2022	
Passivos	Nota	Valor justo em 2023	Nível 1	Nível 2
Arrendamentos				
Arrendamentos	13	722.523	-	722.523
Empréstimos e financiamentos	16	257.338	-	257.338
		979.861	-	979.861

• Nível 1: são classificados nesse nível caixa e bancos, registrados pelo valor depositado nas instituições financeiras. • Nível 2: são classificados nesse nível Certificados de Depósitos Bancários (CDB) e fundos de investimentos de renda fixa, emitidos por instituições financeiras, sendo o valor justo representado pelos juros da operação, apropriado "pro rata dia", e financiamentos e empréstimos com operações CDCI. • Nível 3: não foi classificado nenhum instrumento financeiro nesse nível. a) Gerenciamento de riscos: A Administração procede à avaliação tempestiva da posição da Sociedade, acompanhando os resultados financeiros obtidos e avaliando as projeções futuras, como forma de garantir o cumprimento do plano de negócios definido e o monitoramento dos riscos aos quais está exposta. b) Riscos de crédito: É o risco de a Sociedade incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, decorrentes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. As vendas para clientes são efetuadas mediante análise de crédito e risco e as transações financeiras são realizadas com instituições financeiras de primeira linha. **Contas a receber e outros recebíveis:** O risco de crédito surge da possibilidade de a Sociedade vir a incorrer em perdas resultantes do não recebimento de valores faturados a seus clientes, cujo saldo 31 de dezembro de 2023 era de R\$2.377.307 (R\$2.094.825 em 31 de dezembro de 2022). Parcela substancial das vendas da Sociedade são realizadas utilizando como modalidade de pagamento de carnê próprio, onde o risco é gerenciado por meio de análises periódicas do nível de inadimplência (com critérios consistentes para suportar os requerimentos da CPC 48), bem como pela adoção de formas de cobrança. O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras está apresentada a seguir:

	Nota	2023	2022
Exposição a riscos de crédito			
Ativos			
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.244.638	1.412.516
Aplicações financeiras	5	1.921.723	988.629
Contas a receber de clientes	6	2.377.307	2.094.825
Outros ativos		46.042	2.467
		5.589.710	4.498.437

Os saldos de Caixa e equivalentes de caixa e Aplicações financeiras com saldos de R\$1.244.638 (R\$1.412.516 em 31 de dezembro de 2022) e R\$1.921.723 (R\$988.629 em 31 de dezembro de 2022), respectivamente, são mantidos com instituições financeiras de baixo risco avaliadas por agências de "rating". c) Risco de liquidez: Na gestão do risco de liquidez, a Sociedade monitora e mantém um nível de caixa e equivalentes de caixa e de aplicações financeiras adequadas para financiar as operações da Sociedade e mitigar os efeitos das flutuações nos fluxos de caixa. Em 31 de dezembro de 2023, a Sociedade mantém capital circulante líquido no montante de R\$4.756.492, com espaço suficiente frente as suas operações. A seguir estão apresentadas as maturidades contratuais dos ativos e passivos financeiros:

	Valor	Fluxo de caixa	Até	Entre 1 a	Entre 3 a	Mais que
31 de dezembro de 2023	Nota	contábil	contratual	1 ano	3 anos	4 anos
Fornecedores	14	596.646	596.646	596.646	-	-
Empréstimos e financiamentos	16	400.462	400.462	400.462	-	-
Arrendamentos	13	675.091	675.091	236.646	360.898	76.928
Juros sobre capital próprio	19	309.850	309.850	259.850	50.000	-
Outros passivos		7.629	7.629	7.629	-	-
		1.989.678	1.989.678	1.501.233	410.898	76.928
						619

	Valor	Fluxo de caixa	Até	Entre 1 a	Entre 3 a	Mais que
31 de dezembro de 2022	Nota	contábil	contratual	1 ano	3 anos	4 anos
Fornecedores	14	572.881	572.881	572.881	-	-
Empréstimos e financiamentos	16	257.338	257.338	257.338	-	-
Arrendamentos	13	722.523	722.523	193.445	363.994	119.593
Juros sobre capital próprio	19	240.030	240.030	206.430	33.600	-
Outros passivos		4.000	4.000	-	-	-
		1.796.772	1.796.772	1.234.094	397.594	119.593
						45.491

Não é esperado que fluxos de caixa, incluídos nas análises de maturidade da Sociedade, possam ocorrer significativamente em períodos ou em montantes diferentes. **Risco de taxas de juros:** Decorre da possibilidade de a Sociedade estar sujeita a ganhos ou perdas em seus ativos ou seus passivos financeiros decorrentes de variações nas taxas de juros. Visando à mitigação deste tipo de risco, a Sociedade busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas e pós-fixadas. Os instrumentos financeiros são substancialmente remunerados pela variação do CDI, conforme demonstrado a seguir:

	Taxa	Nota	2023	2022
Instrumentos de taxa variável				
Ativos financeiros				
Aplicações financeiras		CDI 4 e 5	3.130.009	2.371.804
Passivos financeiros				
Empréstimos e financiamentos		Prefixadas	16	400.462
Arrendamentos		IPC-Fipe	675.091	722.523

Análise de sensibilidade para exposição a taxas de juros: As tabelas a seguir demonstram a análise de sensibilidade preparada pela Administração da Sociedade e o efeito das operações em 31 de dezembro de 2023:

Instrumentos	Exposição 2023	Risco	Taxa de juros efetiva a.a.	Cenário 1	
				Elevação do índice em 25%	Elevação do índice em 50%
				%	Valor
Ativos financeiros					
Aplicações financeiras	3.130.009	CDI	12,50%	15,6	

→ continuação

Aos Acionistas e Administradores da Lojas Cem S.A. **Opinião com ressalva:** Examinamos as demonstrações financeiras da Lojas Cem S.A. ("Sociedade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais. Em nossa opinião, exceto pelos efeitos dos assuntos descritos na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalva", as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Lojas Cem S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião com ressalva:** *Créditos extemporâneos de PIS e COFINS:* Em 2021, houve a pacificação e o trânsito em julgado sobre a exclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS. Em 31 de dezembro de 2022, a Sociedade calculou e registrou esses créditos extemporâneos no montante de R\$300.230 mil, sendo R\$133.808 de principal e R\$166.422 de atualização monetária. O registro desses créditos extemporâneos foi integralmente efetivado em contrapartida do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2022; no entanto, o trânsito em julgado ocorreu em 2021 e, então, parcela substancial desse saldo, no montante de R\$287.212 mil, deveria ter sido registrada em 2021. Dessa forma, o lucro líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2022 está apresentado a maior no montante de R\$287.212 mil. *Apuuração e registro do imposto de renda e contribuição social diferidos:* A Sociedade não adotava a prática de registrar imposto de renda e contribuição social diferidos. Em 31 de dezembro de 2022, a Sociedade calculou e registrou imposto de renda e contribuição social diferidos, conforme requer o Pronunciamento Técnico CPC 32 - Tributos sobre o Lucro, no montante de R\$120.530 mil. O registro do imposto de renda e contribuição social diferidos foi integralmente efetivado em contrapartida do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2022; no entanto, parcela substancial desse saldo, no montante de R\$107.509 mil, é derivada de períodos anteriores. Dessa forma, o lucro líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2022 está apresentado a maior no montante de R\$107.509 mil. *Atualização de aplicação financeira:* A Sociedade vinha mantendo uma determinada aplicação financeira sem a contabilização dos correspondentes rendimentos e a variação cambial de exercícios anteriores. Em 31 de dezembro de 2022, a Sociedade calculou e registrou os rendimentos e a variação cambial devedora acumulados para essa data-base, no montante de R\$2.176 mil, perfazendo o saldo dessa aplicação financeira no montante de R\$222.642 mil. O registro desses rendimentos e dessa variação cambial acumulados foi

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

integralmente efetivado em contrapartida do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2022; no entanto, o montante de rendimentos e de variação cambial devedora equivalentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 deveria ter sido no montante de R\$43.746 mil. Dessa forma, o lucro líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2022 está apresentado a maior no montante de R\$41.570 mil. Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Sociedade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalvas. **Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além

disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Campinas, 10 de maio de 2024

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU Auditores Independentes Ltda.

CRC nº 2 SP 011609/O-8

Fabiano Ricardo Tessitore

Contador

CRC nº 1 SP 216451/O-1

Deloitte.

Vestas Development Brazil Ltda.

CNPJ nº 48.011.360/0001-15 - NIRE 35.239.944.169

Ata de Resolução de Sócios Realizada em 13 de Maio de 2024

1. Data, Hora e Local: Realizada no dia 13/05/2024, às 11h, na sede social da Sociedade, localizada em São Paulo/SP, na Vila Olímpia, na Avenida Chedid Jafet, 222, conjunto 41 d, 4º andar, Condomínio Millennium Office Park, CEP 04551-065. **2. Convocação e Presença:** As formalidades de convocação foram dispensadas em razão da presença da única sócia da Sociedade representando a totalidade do capital social, saber: **Vestas Development A.S.**, sociedade constituída e existente de acordo com as leis da Dinamarca, com sede em Hedeager 42, DK - 8200, Aarhus N, Dinamarca, CNPJ nº 36.236.194/0001-76, neste ato representada por sua representante legal, Sra. Maria Alice Nogueira de Sa Pikielny, brasileira, RG nº 18.437.471-6, CPF nº 263.572.288-93, residente e domiciliado em São Paulo/SP, com endereço comercial na Rua Joaquim Floriano, 243, conjunto 72, Itaim Bibi, CEP 04.534-010. **3. Mesa:** Presidente: Maria Alice Nogueira de Sa Pikielny, Secretário: Rodrigo de Moraes Salles. **4. Ordem do Dia:** Deliberar sobre a redução de capital da sociedade. **5. Deliberações:** Após os esclarecimentos e discussões necessários, a única sócia da Sociedade decidiu, sem quaisquer restrições ou ressalvas: **5.1.** Reduzir o capital social da Sociedade de R\$ 13.507.259,00, para R\$ 8.207.259,00, uma redução, portanto, no valor de R\$ 5.300.000,00, mediante o cancelamento de 5.300.000 quotas representativas do capital social da Sociedade, que serão integralmente canceladas por serem consideradas excessivas em relação ao objeto da Sociedade, com restituição do valor correspondente a tais quotas à única sócia, nos termos do artigo 1.082, inciso II, do Código Civil. **5.2.** Em razão das deliberações acima, o capital social da Sociedade, passará a ser de R\$ 8.207.259,00, representado por 8.207.259 quotas, com valor nominal de R\$ 1,00 cada um, detidas integralmente pela única sócia. **5.3.** Uma vez confirmada a efetividade da redução de capital, a Cláusula 5ª do contrato social da Sociedade deverá ser alterado, por meio da competente alteração do contrato social da Sociedade a ser registrada na JUCESP, e passará a ter a seguinte redação: "**Cláusula 5ª** - O capital social da Sociedade, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$ 8.207.259,00, dividido em 8.207.259 quotas, com valor nominal de R\$ 1,00 cada, todas de titularidade da **Vestas Development AS**. **§1º.** De acordo com o Artigo 1.052 do Código Civil, a responsabilidade da sócia é restrita ao valor total de suas quotas. **§2º.** A Sociedade tem patrimônio próprio, inconfundível e incomunicável com o patrimônio individual da sócia. Deste modo, a Sociedade responde com seu patrimônio pelas obrigações que assumir e a sócia não responderá subsidiariamente pelas obrigações da Sociedade. **§3º.** Cada quota representativa do capital social é indivisível em relação à Sociedade, inclusive para efeitos de cessão e transferência, e cada quota conferirá ao seu titular o direito a 1 voto nas deliberações sociais." **5.4.** Autorizar os administradores da Sociedade a tomar todas as medidas necessárias e/ou convenientes ao arquivamento da presente ata perante a JUCESP e efetivação das deliberações ora aprovadas, inclusive, mas não se limitando à publicação do extrato desta ata no Diário de Notícias e em outro jornal de grande circulação editado na Cidade de São Paulo. A sócia declara expressamente, para todos os fins legais, que os efeitos da redução de capital aprovada acima estão suspensos e assim deverão permanecer por um período de 90 dias contados da publicação do extrato desta ata nos jornais mencionados acima. A sócia se compromete, de forma irrevogável e irretirável, a arquivar perante a JUCESP alteração do contrato social da Sociedade, após o decurso do prazo de 90 dias, de forma a efetivar a redução de capital ora deliberada perante terceiros, contanto que não tenha sido impugnado, ou se provado o pagamento da dívida ou o depósito judicial do respectivo valor, como previsto nos termos do artigo 1.084, § 2º, do Código Civil. **6. Encerramento:** Nada mais havendo para ser tratado, foram os trabalhos suspensos pelo tempo necessário à lavratura desta ata, a qual foi posteriormente lida, acordada, aprovada e assinada pela sócia da Sociedade. São Paulo, 13/05/2024. **Mesa:** Maria Alice de Sa Pikielny Schmuziger - Presidente, **Rodrigo de Moraes Salles** - Secretário. **Sócia:** **Vestas Development AS** - Maria Alice de Sa Pikielny Schmuziger - Procuradora.

AMC - Serviços Educacionais Ltda.

CNPJ/MF nº 43.045.772/0001-52 - NIRE 35.218.650.310

ATA DA REUNIÃO DE SÓCIOS, REALIZADA EM 10 DE MAIO DE 2024

1. Data, Hora e Local: Realizada em 10/05/2024, às 06h45, na sede da AMC - Serviços Educacionais Ltda. ("Sociedade"), na Rua Taquari, 546, Mooca, CEP 03166-000, São Paulo/SP. **2. Convocação e Presença:** Presente a única sócia da Sociedade, a Brasil Educação S/A, representada por seus diretores Guilherme Colin de Soárez e Tiago Garcia Moraes. A convocação foi dispensada tendo em vista os termos do Art. 1.072, §2º, da Lei 10.406/2002. **3. Mesa:** Presidente: Guilherme Colin de Soárez. Secretário: Tiago Garcia Moraes. **4. Ordem do dia:** Examinar, discutir e votar a respeito da seguinte ordem do dia: (i) a constituição, no âmbito da 2ª (segunda) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirográfaria, a ser Convolada em Espécie com garantia real, com garantia fidejussória adicional, em série única, da Inspirali Educação S.A. ("Inspirali"), as quais serão objeto de oferta pública, sob o rito de registro automático, nos termos da Resolução da CVM nº 160, de 13/07/2022, conforme alterada, e demais disposições legais e regulamentares aplicáveis ("Emissão" e "Oferta", respectivamente), mediante a celebração do "Instrumento Particular de Escritura da 2ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da da Espécie Quirográfaria, a ser Convolada em Espécie com Garantia Real, com Garantia Fidejussória Adicional, em Série Única, para Distribuição Pública, sob o Rito de Registro Automático de Distribuição, da Inspirali Educação S.A.", entre a Inspirali, a Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("Agente Fiduciário"), a Room Sistemas Interativos Ltda., a Ages Empreendimentos Educacionais Ltda., a IBCMED Serviços de Educação S.A. e a SOBEPE - Sociedade Brasileira de Educação, Cultura, Pesquisa e Extensão S.A., na qualidade de fiadoras ("Escritura de Emissão"), da cessão fiduciária sob determinada conta vinculada de titularidade da Sociedade, a ser indicada no Contrato de Cessão Fiduciária (conforme abaixo definido), na qual serão depositados créditos detidos pela Sociedade, oriundos exclusivamente dos cursos de medicina da Companhia e de contratos de prestação de serviços educacionais celebrados no exercício das atividades econômicas da Companhia relativas exclusivamente aos cursos de medicina, nos termos e condições a serem estabelecidos no "Instrumento Particular de Cessão Fiduciária de Direitos e Créditos em Garantia e Outras Avenças", a ser celebrado entre a Sociedade, as demais cedentes no âmbito da Emissão e o Agente Fiduciário ("Cessão Fiduciária" e "Contrato de Cessão Fiduciária", respectivamente); (ii) autorização para os administradores da Sociedade e seus demais representantes legais, observado o Contrato Social da Sociedade, celebrarem todos os documentos e instrumentos contratuais necessários e relacionados à Emissão e à Oferta; e (iii) ratificação de todos os atos praticados pelos administradores da Sociedade e/ou pelos seus procuradores para a consecução das deliberações mencionadas acima. **5. Deliberações:** Instalada a assembleia e após o exame e a discussão das matérias constantes da ordem do dia, a única acionista da Companhia decidiu, sem quaisquer restrições ou ressalvas: (i) autorizar a constituição, pela Sociedade, da Cessão Fiduciária, em caráter irrevogável e irretirável, na condição de cedente, em garantia de todas as obrigações principais e acessórias assumidas pela Inspirali no âmbito da Emissão; (ii) autorizar a celebração, pelos administradores e/ou representantes da Sociedade, de todos os documentos e instrumentos contratuais necessários e relacionados à Emissão e à Oferta, tais como aditamentos, procurações, notificações e demais documentos, incluindo, mas não se limitando à negociação dos termos e condições e celebração do Contrato de Cessão Fiduciária; e (iii) ratificar a celebração de todos os documentos e instrumentos contratuais necessários e relacionados aos referidos contratos já celebrados pelos administradores e demais representantes da Sociedade, incluindo todos e quaisquer atos necessários à consecução do que foi decidido agora. **6. Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado, foi oferecida a palavra a quem dela quisesse fazer uso e, como ninguém se manifestou, a reunião foi encerrada, lida e aprovada, tendo sido assinada por todos os membros presentes. São Paulo/SP, 10/05/2024. **Mesa:** Guilherme Colin de Soárez - Presidente da Mesa; Tiago Garcia Moraes - Secretário da Mesa. **Sócia:** **Brasil Educação S.A.** Guilherme Colin de Soárez - Diretor; Tiago Garcia Moraes - Diretor.

Audio AD Brasil Distribuição e Veiculação de Mídia Ltda.

CNPJ/MF nº 23.389.666/0001-89 - NIRE 35229490785

Ata de Reunião de Sócios Realizada em 10 de Maio de 2024

Data, Horário e Local: Realizada em 10 de maio de 2024, às 10h00, na sede da Audio AD Distribuição e Veiculação de Mídia Ltda. ("Sociedade"), localizada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Desembargador Eliseu Guilherme, 53, conjunto 82, Paraíso, CEP 04004-030. **Presença:** Kertil Iberia S.L., sociedade legalmente constituída sob as leis da Espanha, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 22.935.813/0001-06, com sede na Calle Montalbán, 05, 3º esquerda, 28014, Madrid, Espanha, neste ato devidamente representada por seu procurador **Marcelo Frederico Aebi**, brasileiro, divorciado, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RG nº 9.248.4086 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 025.036.428-02, residente e domiciliado na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Itapaciuna, 1.800, Edifício Z, Apto. 82, Vila Andrade, CEP 05705-901, única sócia da Sociedade. **Mesa:** Presidente: Sandra Nogueira de Melo; Secretário: Antonio Jose Vasconcelos Vicente. **Convocação:** Dispensada a convocação em razão da presença da sócia representando a totalidade do capital social, conforme facultado pelo disposto no §2º do artigo 1.072 do Código Civil. **Ordem do Dia:** Deliberar sobre a redução do capital social da Sociedade, tendo em vista (1) o valor constante no balanço patrimonial referente à parcela do capital social que não constou efetivamente integralizada, e (2) encontrar-se excessivo em relação ao objeto social da Sociedade. **Deliberações:** Resolve a sócia, sem quaisquer reservas, ressalvas e/ou oposições, reduzir o capital social no montante de R\$ 2.682.001,00 (dois milhões, seiscentos e oitenta e dois mil e um reais), mediante o cancelamento de 268.200,100 (duzentas e sessenta e oito milhões, duzentas mil e cem) quotas, sendo (1) em razão de retificação do valor de R\$ 182.001,00 (cento e oitenta e dois mil e um reais) do capital social, representativo de 18.200,100 (dezoito milhões, duzentas mil e cem) quotas, constante no capital social como devidamente subscrito e integralizado equivocadamente, sendo certo que o balanço patrimonial reflete este montante como capital social a integralizar; e (2) em razão de encontrar-se excessivo em relação ao objeto social da Sociedade o valor de R\$ 2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil reais) do capital social, representativo de 250.000,000 (duzentas e cinquenta milhões) de quotas, nos termos do artigo 1.082, II, do Código Civil. Em vista do quanto deliberado, o capital social da Sociedade passa de R\$ 3.256.599,90 (três milhões, duzentos e cinquenta e seis mil, quinhentos e noventa e nove reais e noventa centavos), dividido em 325.659.990 (trezentas e vinte e cinco milhões, setecentas e cinquenta e nove mil, novecentas e noventa) quotas, para R\$ 574.598,90 (quinhentos e setenta e quatro mil, quinhentos e noventa e oito reais e noventa centavos), dividido em 574.598,90 (cinquenta e sete milhões, quatrocentas e cinquenta e nove mil, oitocentas e noventa) quotas. A única sócia esclarece que não existirá qualquer restituição do valor das quotas mencionadas no item "(1)" acima, tendo em vista que, conforme o exposto, a redução está ocorrendo por equívoco ocorrido no passado, e que gerou inconsistências entre o capital social e o balanço da Sociedade, bem como que a redução do capital já integralizado disposto no item "(2)" acima é atribuída unicamente à sócia única Kertil Iberia S.L. Tendo em vista a deliberação acima, será publicada a ata da presente reunião, nos termos do artigo 1.084 do Código Civil, aguardando-se o prazo legal de 90 (noventa) dias para conhecimento e possível manifestação de eventuais credores da Sociedade. **Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado, foi oferecida a palavra a quem dela quisesse fazer uso e, como ninguém se manifestou, foram encerrados os trabalhos pelo tempo necessário à lavratura desta ata, a qual foi lida e conferida e por todos os presentes assinada. São Paulo, 10 de maio de 2024. **Mesa:** Sandra Nogueira de Melo - Presidente; **Antonio Jose Vasconcelos Vicente** - Secretário. **Sócia:** **Kertil Iberia S.L.** - p.p. Marcelo Frederico Aebi.

Saona Empreendimento Imobiliário Ltda.

CNPJ Nº 31.060.600/0001-79 - NIRE 35.235.310.661

Ata da Reunião de Sócios Realizada em 29 de Fevereiro de 2024.

Data, Hora e Local: 29/02/2024, às 14h, na sede social, Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, n.º 360, 4º andar, conjunto 41, sala 56, Vila Nova Conceição, SP/SP, CEP 04543-000. **Convocação:** Dispensada. **Presença:** Totalidade do capital social. **Mesa:** Presidente: Sr. Abrão Muszkat; Secretário: Sr. Bruno de Andrade Vasques. **Ordem do Dia e Deliberações aprovadas** (i) a redução de capital social da Sociedade no montante de R\$ 1.076.206,00, sendo que o capital social da Sociedade que hoje é de R\$ 8.609.697,00, passará a ser de R\$ 7.533.491,00; (ii) Autorizar que os administradores tomem todas as medidas cabíveis e pertinentes para fazer cumprir o quanto estabelecido e aprovados pelos sócios da Sociedade no item (i) supra. **Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado, lavrou-se a ata aprovada. São Paulo, 29/02/2024. **Abrão Muszkat** - Presidente; **Bruno de Andrade Vasques** - Secretário; **You Inc Incorporadora e Participações S.A.** **Abrão Muszkat**; **Bruno de Andrade Vasques**; **RB Capital Residencial III Holding Empreendimentos Imobiliários Ltda.** Regis Dall'Agnese; Denise Yuri Santana Kazuira; **RB Capital Residencial Iv Holding Empreendimentos Imobiliários Ltda.** Regis Dall'Agnese; Denise Yuri Santana Kazuira; **Roccont Construções e Incorporações Ltda.** Pedro Farjala Rocha; Luis Fernando Ciniello Bueno.

Varejão dos Materiais Elétricos, Tintas e Ferragens Ltda.

CNPJ 52.231.156/0001-87 - NIRE 35.202.284.20-3

Edital de Convocação para Reunião de Sócios da Sociedade

Com fundamento no art. 1.072 do Código Civil fica o Sr. **Ademir Albergaria Cepeda**, portador do CPF nº. 037.811.398-40, na qualidade de sócio da sociedade **Varejão Dos Primos Comércio De Materiais Elétricos Tintas E Ferragens Ltda.**, convocado para reunir-se em Reunião de Sócios, a ser realizada no dia **27 de maio de 2024**, a ser realizada por videoconferência através do link - <https://meet.google.com/ekt-yvpy-zfj>, em primeira chamada às 10h30min, necessitando a presença dos titulares de 3/4 do capital social e, em segunda chamada, às 11h, com qualquer número. **Ordem do dia:** 1) Alteração da Cláusula de Administração da Sociedade (cláusula 7 do Contrato Social). 2) Outros assuntos de interesse da Sociedade. Informamos que os sócios poderão se fazer representar por procurador, especialmente constituído para tal ato por meio de procuração com firma reconhecida. São Paulo, 13 de maio de 2024. **Varejão Dos Primos Comércio De Materiais Elétricos, Tintas E Ferragens Ltda.** p. Sonia Cepeda.

Prodesp